

análise de conjuntura

Agricultura: O Agronegócio da Soja: Produção Nacional e Mercado Global

p. 3

ANTONIO CARLOS LIMA NOGUEIRA

De acordo com Antonio Carlos Lima Nogueira, o recorde de produção de soja atingido pelo Brasil no presente ano encontra condições propícias para ser absorvido, em proporção considerável, pelo mercado mundial.

temas de economia aplicada

Origens e Evolução da Indústria de Máquinas e Equipamentos em São Paulo, 1870-1960: 2. As Transformações nas Décadas de 1920 e 1930

p. 7

MICHEL DELIBERALI MARSON

Michel Deliberali Marson, em segundo artigo da série, apura evidências para o impacto da crise de 1929 sobre a indústria de máquinas e equipamentos do Estado de São Paulo.

É Preciso Cautela, Pois o Caldo Pode Entornar...

p. 12

IRACI DEL NERO DA COSTA

Para Iraci del Nero da Costa, não se pôde, em nenhum dos três últimos mandatos presidenciais, compor um plano econômico de longo prazo.

O Círculo Vicioso da Pobreza e a Causação Circular Cumulativa: Retomando as Contribuições de Nurkse e Myrdal

p. 13

FERNANDA GRAZIELLA CARDOSO

Fernanda Graziella Cardoso, em terceiro artigo da série, aborda as teorias pioneiras acerca de efeitos cumulativos nos processos de desenvolvimento econômico.

Desenvolvimento Econômico Liderado por Recursos Naturais: Uma Discussão Teórica e Crítica. Parte 6 – Economia Política

p. 19

CRISTINA FRÓES DE BORJA REIS

Cristina Fróes de Borja Reis, finalizando uma série de seis artigos, apresenta uma concepção heterodoxa para o papel do Estado perante a economia.

ecorresenhas & cia

Ecorresenha

p. 24

THIAGO FONSECA MORELLO

Thiago Fonseca Morello resenha livro sobre sustentabilidade, recém-lançado pelo professor do Departamento de Economia, Ricardo Abramovay.

Observatório do Emprego e do Trabalho

O Observatório do Emprego e do Trabalho oferece aos formuladores de políticas públicas um conjunto de ferramentas inovadoras para aprimorar as possibilidades de análise e de compreensão da evolução do mercado de trabalho.

O Observatório inova a análise do mercado de trabalho em dois aspectos importantes. Primeiro, utiliza um conjunto de indicadores novos, especialmente criados pelos pesquisadores da FIPE, os quais juntamente com indicadores mais conhecidos e tradicionais permitirão um acompanhamento mais detalhado do que ocorre no mercado de trabalho. Segundo, porque estes indicadores podem ser utilizados tanto para analisar o mercado como um todo, quanto para analisar aspectos desagregados do mercado como, por exemplo, uma ocupação ou um município. São indicadores poderosos, que oferecem uma visão de curto prazo e também podem formar uma série histórica. O conjunto de indicadores pode ser usado para acompanhar tanto as flutuações decorrentes das alterações conjunturais de curto prazo quanto as evoluções estruturais de longo prazo. Mensalmente é divulgado um Boletim que apresenta um resumo do que ocorreu no mercado de trabalho do Estado. As bases de dados que originam as informações divulgadas pelo Observatório são: a) CAGED (MTE); b) RAIS (MTE); c) PNAD (IBGE).

O Observatório do Emprego e do Trabalho foi desenvolvido e é mantido em conjunto pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo (SERT) e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (FIPE).

Para saber mais, acesse:

<http://www.fipe.org.br/projetos/observatorio/>

INFORMAÇÕES FIPE É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DE CONJUNTURA ECONÔMICA DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – ISSN 1234-5678

Conselho Curador

Juarez A. Baldini Rizzieri
(Presidente)
Andrea Sandro Calabi
Denisard Cnéio de Oliveira Alves
Elizabeth M. M. Querido Farina
Miguel Colassuono
Simão Davi Silber
Vera Lucia Fava

Diretoria

Diretor Presidente

Carlos Antonio
Luque

Diretor de Pesquisa

Eduardo Haddad

Diretor de Cursos

Cicely M. Amaral

Pós-Graduação

Dante Mendes
Aldrighi

Secretaria Executiva

Domingos Pimentel
Bortoletto



Fundação Instituto de
Pesquisas Econômicas

Conselho Editorial

Heron Carlos E. do
Carmo
Lenina Pomeranz
Luiz Martins Lopes
José Paulo Z.
Chahad
Maria Cristina
Cacciamali
Maria Helena
Pallares Zockun
Simão Davi Silber

Editora-Chefe

Fabiana F. Rocha

Preparação de Originais e Revisão

Alina Gasparello de
Araujo

Produção Editorial

Sandra Vilas Boas

análise de conjuntura



Agricultura: O Agronegócio da Soja: Produção Nacional e Mercado Global

ANTONIO CARLOS LIMA NOGUEIRA (*)

A sétima estimativa do IBGE para a safra nacional de grãos indica uma produção de 163,3 milhões de toneladas em 2012, que é 2,0% superior à obtida em 2011 (160,1 milhões de toneladas) e 1,6% maior do que a estimativa de junho. Trata-se de um novo recorde histórico de produção, divulgado em um momento de crise de oferta e alta de preços no mercado global de alimentos. Nesse contexto, é interessante analisar o caso da soja, um dos principais produtos do agronegócio no mundo e no Brasil. Este artigo tem o objetivo de apresentar a situação atual da produção brasileira de soja com base em dados do IBGE e as perspectivas do mercado global desse produto, conforme as previsões do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

Conforme o IBGE, a área total a ser colhida em 2012, de 49,4 milhões de hectares, apresenta acréscimo de 1,5% frente à área colhida em 2011 e redução de 0,1% frente a junho. A soja mostra um acréscimo de 3,7% na área colhida e uma redução de 12,2% na produção, quando os dados são comparados a 2011. As reavalia-

ções feitas no mês de julho confirmam o efeito da seca na produção deste grão. Apesar do crescimento na área, o regime de chuvas inadequado afetou o rendimento médio, que decresceu 15,3%.

A Região Sul foi a mais afetada pela estiagem, com diminuição de 37,1% na estimativa de produção, resultante de reduções de 29,5% no Paraná, 48,4% no Rio Grande do Sul e 27,6% em Santa Catarina, quando comparadas com a produção da safra passada de 2011. A redução na produção nacional de soja se aproximou de 10 milhões de toneladas. Mato Grosso e Goiás aumentaram suas produções, frente à safra anterior, motivados principalmente pelos aumentos nas respectivas áreas cultivadas. Na Região Nordeste o Estado da Bahia, embora tenha aumentado a área de plantio (+68.445 ha) em relação à safra anterior, reduziu sua produção 1,9%, também influenciada pela seca. O resultado agregado no País para a estimativa de produção ficou em 65,7 milhões de toneladas, em uma área colhida de 24,9 milhões de hectares.

O USDA divulgou neste mês de agosto a quarta estimativa da safra de soja 2012/2013 referente à produção, consumo, exportações e estoques no mercado mundial. Para a produção, o relatório apresenta uma redução de 11 milhões de toneladas na produção mundial em relação à estimativa anterior, divulgada em maio. Essa entidade espera uma produção de 260 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 10,4% sobre a safra de 2011/2012.

Para 2013, o órgão estima a menor produção de soja nos EUA desde a safra 2007/2008, resultado da forte estiagem que tem se agravado no país. A produtividade média deve ser a pior dos últimos 17 anos, atingindo aproximadamente 2,4 t/ha. A produção foi revisada para 73,3 milhões de toneladas, volume 14 milhões de toneladas menor do que o apresentado no primeiro levantamento, o que fez com que os EUA perdessem a posição de maior produtor mundial para o Brasil. A China deve reduzir sua produção em 6,7% sobre o ano anterior, atingindo 12,6 milhões de toneladas.

O destaque positivo é para a produção recorde do Brasil, prevista em 81 milhões de toneladas, volume 3 milhões de toneladas acima do estimado em maio e 23,4% maior do que a estimativa para a safra 2011/2012. Cabe destacar que a

estimativa dessa entidade para a safra 2011/2012 é de 65,5 milhões de toneladas, que é muito próxima daquela apresentada pelo IBGE. A expansão prevista para 2013 parece viável, desde que as condições climáticas sejam adequadas, visto que seria possível atingir cerca de 75 milhões de ton. com o mesmo esforço realizado na safra atual e um aumento adicional de 6 milhões de toneladas por meio de investimentos adicionais.

A previsão do USDA para o consumo global de soja para 2013 é de 256,9 milhões de toneladas, o que indica aumento de 1,2% em relação à safra anterior. A China, o maior consumidor mundial, apresenta perspectiva positiva, com a previsão de aumento de 5,3% em relação ao ano anterior, atingindo 74,5 milhões de toneladas. O principal fator negativo no resultado global é o consumo de 44,4 milhões de toneladas esperado para os EUA, o menor desde 1996/1997. Esse volume é 8,9% inferior ao estimado para o ano anterior. No Brasil, terceiro consumidor mundial, espera-se um aumento de 1,1% sobre o ano anterior.

Para a União Europeia, quinto maior consumidor mundial, o USDA prevê um consumo de 12 milhões de toneladas, menor volume apresentado para o bloco desde 1999/2000, início da série históri-

ca. A Argentina deve ter um consumo de 39,9 milhões de toneladas, sendo 5,4% superior ao estimado no período anterior. Em resumo, pode-se considerar que a demanda deverá ser sustentada pela China e outros países emergentes, enquanto os países desenvolvidos tendem a prosseguir em uma situação de estagnação econômica, refletida na redução no consumo do produto.

Com relação às exportações globais em 2013, a previsão do USDA aponta para um crescimento de 3,8% sobre o ano anterior, atingindo 94,0 milhões de toneladas. O Brasil aparece como o maior exportador mundial, após um crescimento de 3,4 milhões de toneladas no volume estimado pelo USDA em maio. O País deverá exportar 37,6 milhões de toneladas em 2012/2013, o que representa um aumento de 2,5% em relação ao ano anterior. Outro motivo que leva o Brasil ao primeiro lugar no ranking mundial é a retração do comércio de soja nos EUA. O USDA prevê uma exportação de 30,2 milhões de toneladas, menor volume desde 2005/2006, que é 10,8 milhões de toneladas inferior ao divulgado no levantamento de maio. Esse desempenho esperado indica uma redução de 17,8% em relação ao ano anterior.

Para a Argentina, na terceira posição em exportações, espera-se um volume 3,4 milhões de toneladas

acima da expectativa do primeiro relatório, atingindo 13,5 milhões de toneladas (73,1% superior ao ano anterior). Na quarta posição aparece o Paraguai, com uma exportação de 5,4 milhões de toneladas, indicando um crescimento de 74,2% sobre o ano anterior. O conjunto de previsões para as exportações revela uma expectativa de que a retração dos EUA provocaria um aumento da participação de Argentina e Paraguai, enquanto o Brasil não poderia explorar essa oportunidade de expansão das exportações em razão do elevado consumo interno de soja.

Com respeito aos estoques mundiais de soja em 2013, o USDA estima um crescimento de 2,8%, chegando a 53,4 milhões de toneladas. O crescimento no volume estocado no mundo em relação à safra 2011/2012 se deve principalmente ao aumento dos estoques no Brasil e na Argentina. Isso é resultado do recorde de produção nesses países. Dessa maneira, o Brasil deve encerrar o ciclo 2012/2013 com 16,2 milhões de toneladas em estoques. Na Argentina esse volume é de quase 20 milhões de toneladas. Juntos, os dois países acrescentam 5,4 milhões de toneladas ao estoque global, enquanto os EUA e a China apresentaram uma retração de 3,5 milhões de toneladas. A China deve apresentar uma redução de 18,4% em relação ao ano anterior, atingindo 11,8 milhões de toneladas, enquanto os EUA terão um decréscimo de 20,5% sobre o ano anterior. Nesses dois países, a redução dos estoques está associada à expressiva redução da produção. Ainda que o aumento dos estoques tenha um potencial efeito positivo para atenuar as oscilações de preços internacionais no futuro, no curto prazo o estoque representa uma redução na receita dos produtores de Argentina e Brasil, resultante da fraca demanda dos países desenvolvidos.

A análise conjugada das condições atuais de produção e das projeções para o próximo ano do USDA revela uma forte influência de fatores climáticos adversos

nas condições do mercado global de soja. Pode-se considerar que essa condição deverá estar presente com maior frequência no futuro em razão das mudanças climáticas globais previstas em diversos meios acadêmicos e no âmbito das organizações multilaterais. Ainda que essas condições possam se revelar com efeitos mais agudos não podem ser consideradas totalmente inesperadas ou excepcionais, visto que sempre estiveram presentes nos mercados de *commodities* agrícolas. O que esses riscos climáticos devem provocar é uma mudança no comportamento dos operadores de mercados futuros e de derivativos de contratos de produtos agrícolas no sentido de aumentar a aversão ao risco e de promover movimentos mais conservadores desses agentes.

Com relação ao papel do Brasil neste mercado, aparentemente as perspectivas ainda são positivas, tendo em vista as condições de preço para o próximo ano. Embora não se espere um crescimento expressivo da demanda nos próximos anos, dada a fragilidade das economias desenvolvidas, os países emergentes ainda representam um destino com razoável dinamismo para o consumo de soja. A estrutura produtiva de soja no Brasil continua sólida e com razoável saúde financeira, tendo sido beneficiada por uma consistência nas políticas agrícolas expressas nos planos de safra dos últimos anos. Outro vetor positivo para a safra atual e do próximo ano é a desvalorização cambial do real em relação ao dólar, que também favorece a receita dos exportadores, ainda que gere algum impacto nos insumos de produção.

Assim, a agenda para o agronegócio da soja parece ser a continuidade dos esforços para ganhos de produtividade e gestão financeira, principalmente nas etapas de distribuição, logística e coordenação com os agentes da indústria processadora. Enquanto se aguarda a maturação dos investimentos em andamento na infraestrutura de transportes (rodovias, ferrovias e portos),

os agentes privados podem aprimorar os mecanismos de financiamento com títulos privados e explorar com mais intensidade as ferramentas de redução de riscos em mercados futuros. Outra frente a ser atacada é a criação de novas cadeias produtivas de maior valor agregado, seja nas áreas de produção animal ou de produtos à base de soja com atributos específicos, obtidos por meio de inovações na área de genética ou engenharia de alimentos. Cabem também os estudos sobre os potenciais impactos das mudanças climáticas na geografia da produção de soja no Brasil a fim de orientar as decisões de políticas públicas e estratégias privadas na expansão ou deslocamento das áreas de produção. Felizmente, o Brasil dispõe de tecnologia e

recursos humanos capacitados para enfrentar esses desafios e continuar avançando nessa trajetória de sucesso do agronegócio da soja.

() Doutor pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, mestre pela USP em Administração e professor na Faculdade de Tecnologia de São Paulo. (E-mail: aclimano@gmail.com).*

temas de economia aplicada



Origens e Evolução da Indústria de Máquinas e Equipamentos em São Paulo, 1870-1960: 2. As Transformações nas Décadas de 1920 e 1930

MICHEL DELIBERALI MARSON (*)

1 Introdução

Neste artigo, o segundo da série publicado no boletim *Informações FIFE* com os principais resultados de minha tese (MARSON, 2012), pretende-se analisar as transformações na indústria de máquinas e equipamentos ocorrida durante as décadas de 1920 e 1930, dando destaque para as mudanças na estrutura industrial brasileira.

Primeiramente, serão brevemente relatadas as mudanças dentro da indústria brasileira e paulista como um todo. Durante as décadas de 1920 e 1930 a indústria brasilei-

ra concentrou-se em São Paulo e, devido à intensificação desta concentração industrial ao longo dos anos, as mudanças na estrutura industrial paulista foram mais rápidas do que na indústria brasileira.

O segundo tema a ser analisado é a evolução da indústria de máquinas e equipamentos paulista e suas mudanças estruturais. Serão abordadas informações como crescimento do valor da produção nessa indústria, participação relativa da indústria de máquinas e equipamentos na indústria de transformação e importação de máquinas e equipamentos. Os efeitos da Crise

de 1929 e da Grande Depressão sobre a indústria de máquinas e equipamentos serão analisados, contribuindo para o debate da historiografia econômica.

2 Mudanças na Estrutura Industrial Brasileira e Paulista

Nesta seção serão apresentadas as mudanças na indústria brasileira e paulista nas décadas de 1910 e 1930. Houve diversificação na estrutura industrial brasileira nesse período, favorecendo os setores mais dinâmicos como os bens intermediários e de capital. Nessa

época, São Paulo tornou-se o Estado com maior produção industrial do País.

Em relação à estrutura industrial paulista entre 1910 e 1937, não houve um aumento uniforme do crescimento industrial entre os ramos industriais. Houve diminuição da participação da indústria tradicional entre 1912 e 1914, mas aumento entre 1914 e 1919. Entre 1919 e 1920, houve uma nova tendência para a queda da participação da indústria tradicional, mas essa tendência não foi sustentada e entre 1920 e 1923 houve um novo aumento da participação dos produtos tradicionais no valor da indústria de transformação paulista. Foi apenas a partir de 1926 que se confirmou a tendência para a diminuição da participação da indústria tradicional (e aumento da participação da indústria dinâmica) na estrutura industrial paulista, e foi a partir de 1936 que essa tendência foi fortemente evidenciada pela superação da produção de produtos mais dinâmicos dos produtos tradicionais no valor da produção industrial do Estado (MARSON, 2012, p. 82-88).

3 Efeitos da Crise de 1929 e da Grande Depressão sobre a Indústria de Máquinas e Equipamentos

Há grandes divergências na historiografia econômica sobre os efeitos da crise de 1929 e da Grande Depressão da década de 1930 para a indústria de máquinas e equipamentos. Luiz Aranha Correa do Lago *et alii* e Nathaniel Leff afirmaram que os efeitos da Grande Depressão foram favoráveis à indústria de bens de capital, incluindo a indústria de máquinas e equipamentos. Celso Furtado afirmou que a indústria de bens de capital no Brasil pouco sofreu com a crise, voltando a

crescer já em 1931. Já Bishnupriya Gupta, ao contrário dos trabalhos anteriores, concluiu que a indústria de bens de capital, especialmente a produção de máquinas e equipamentos, foi afetada adversamente pela Grande Depressão. A seguir, é resumida a contribuição do trabalho para a presente discussão.

Houve pequena mudança na participação relativa da indústria de máquinas e equipamentos na estrutura da indústria de transformação paulista no período de 1920 a 1939. A indústria de máquinas e equipamentos manteve-se pequena, passando de 1,6% em 1920 para 1,7% do valor da produção da indústria de transformação em 1939. Os efeitos da crise de 1929 e da Grande Depressão afetaram mais a indústria de máquinas e equipamentos do que a indústria de transformação como um todo, diminuindo a participação relativa da indústria de máquinas e equipamentos entre 1928 e 1931. A recuperação da indústria de máquinas e equipamentos foi mais rápida do que a da indústria de transformação, aumentando a participação relativa da indústria de máquinas e equipamentos em relação à indústria de transformação entre 1932 e 1935.

O crescimento do valor da produção real da indústria de máquinas e equipamentos foi de 7% ao ano entre 1920 e 1929 e de 1,8% ao ano entre 1929 e 1937. Assim, o crescimento real do valor da produção da indústria de máquinas e equipamentos foi maior na década de 1920 do que na década de 1930. Os efeitos da crise de 1929 e da Grande Depressão afetaram negativamente o valor da produção da indústria de máquinas e equipamentos paulista. A participação relativa da indústria de máquinas na indústria de transformação também foi afetada negativamente.

Tabela 1 – Participação Relativa da Indústria de Máquinas e Equipamentos no Valor de Produção da Indústria Paulista, 1920-1939 (em Mil-Réis Correntes e Porcentagem)

Ano	Máquinas	%	Oficinas e Peças	%	Mecânica	%	Indústria de Transformação	%
1920	15.843.727	1,61	386.443	0,04	16.230.170	1,65	986.110.258	100
1928	32.954.155	1,49	10.654.811	0,48	43.608.966	1,97	2.216.731.755	100
1929	33.307.354	1,53	4.468.988	0,21	37.776.342	1,74	2.177.022.646	100
1930	21.976.933	1,18	3.346.598	0,18	25.323.531	1,36	1.864.294.824	100
1931	21.471.054	1,10	4.918.173	0,25	26.389.227	1,35	1.954.142.320	100
1932	25.588.869	1,32	4.495.586	0,23	30.084.455	1,55	1.944.987.535	100
1933	26.191.311	1,27	6.113.076	0,30	32.304.387	1,57	2.060.363.470	100
1934	28.704.055	1,22	8.552.536	0,36	37.256.591	1,59	2.346.699.224	100
1935	37.896.105	1,30	24.819.484	0,85	62.715.589	2,15	2.918.657.943	100
1936	37.610.803	1,15	9.867.182	0,30	47.477.985	1,45	3.279.603.389	100
1937	40.611.324	1,05	8.553.622	0,22	49.164.946	1,28	3.851.878.090	100
1939	-	-	-	-	121.419.000	1,71	7.109.143.000	100

Fonte: Marson (2012, p. 90).

A participação relativa da importação de máquinas e equipamentos na importação de produtos manufaturados caiu de 18,3% em 1920 para 10,4% em 1929, revelando mudanças na estrutura de importações paulista na década de 1920. Entre 1929 e 1933 a participação da importação de máquinas e equipamentos na importação de produtos manufaturados manteve-se constante. Assim, os efeitos da crise de 1929 e da Grande Depressão não afetaram a participação relativa da importação de máquinas e equipamentos na importação total do Estado de São Paulo.

A participação relativa da produção doméstica de máquinas e equipamentos na oferta total (produção doméstica mais importações) de máquinas no Estado de São Paulo aumentou entre 1920 e 1929. Entre 1929 e 1932 também houve aumento da participação da pro-

dução interna na oferta total, mas como foi um período de crise houve queda da oferta total de máquinas.

Tabela 2 – Participação Relativa da Importação de Máquinas e Equipamentos no Total da Importação de Produtos Manufaturados, Estado de São Paulo, 1920-1933 (em Mil-Réis Correntes e Porcentagem)

Ano	Máquinas e Equipamentos	%	Manufaturados	%
1920	62.724.509	18,3	343.671.572	100,0
1929	89.676.698	10,4	858.984.192	100,0
1930	39.199.404	10,4	378.130.844	100,0
1931	31.450.592	9,5	330.929.462	100,0
1932	20.235.286	10,8	186.528.940	100,0
1933	42.103.654	10,9	384.968.011	100,0

Fonte: Marson (2012, p. 92).

Tabela 3 – Oferta Total (Valor da Produção Interna Mais Importação) de Máquinas e Equipamentos, Estado de São Paulo, 1920-1933 (em Mil-Réis Correntes e Porcentagem)

Anos	Valor Produção (interna)	Importação	Oferta Total	% Produção Interna
1920	16.230.170	62.724.509	78.954.679	20,56
1929	37.776.342	89.676.698	127.453.040	29,64
1930	25.323.351	39.199.404	64.522.755	39,25
1931	26.389.227	31.450.592	57.839.819	45,62
1932	30.084.455	20.235.286	50.319.741	59,79
1933	32.304.387	42.103.654	74.408.041	43,42

Fonte: Marson (2012, p. 93).

Os efeitos da crise de 1929 e da Grande Depressão afetaram mais as importações do que a produção interna de máquinas e equipamentos, apesar de terem afetado negativamente a oferta total de máquinas e equipamentos do Estado de São Paulo.

A tese também analisou as fontes de crescimento da indústria de transformação paulista entre 1928 e 1937, e pode-se resumir as causas do seu crescimento em dois períodos. Entre 1928 e 1934, o principal fator responsável para explicar a taxa de crescimento do produto foi o estoque de capital, revelando um aprofundamento de capital. A produtividade total dos fatores apresentou taxa de crescimento negativa no período. Entre 1935 e 1937, o principal fator responsável para explicar a taxa de crescimento do produto foi a produtividade total dos fatores, indicando a importância do progresso técnico na indústria de transformação paulista no período.

As explicações sobre as fontes de crescimento da indústria de máquinas e equipamentos paulista podem ser divididas em três períodos distintos entre 1928 e 1937. O primeiro, de 1928 a 1930, correspondeu a uma queda na taxa de crescimento do produto resultante da queda na taxa de crescimento do fator trabalho e na produtividade total dos fatores. O segundo período, de 1930 a 1933, foi de recuperação da taxa de crescimen-

to do produto por causa do aumento na produtividade dos fatores de produção. O terceiro período, de 1933 a 1937, foi de aumento na taxa de crescimento da indústria devido ao aumento na taxa de crescimento do fator trabalho. Nesse período, a taxa de crescimento da produtividade dos fatores de produção foi negativa, revelando baixa importância da produtividade para o crescimento da indústria (MARSON, 2012, p. 95-99).

4 Análise da Evolução das Empresas: Mudanças nos Produtos

Houve mudanças na pauta de produtos produzidos pelas empresas de máquinas e equipamentos entre 1920 e 1930. A maioria das empresas fundadas na década de 1920 produzia produtos em 1929 para atender à demanda industrial, ao contrário das fundadas antes de 1919, que atendiam em sua maioria à agricultura. Apesar da maioria das empresas ofertarem máquinas ligadas à agricultura em 1929, no período há um expressivo número de empresas suprindo a demanda de máquinas para a indústria, indicando diversificação no setor.

As empresas da indústria de máquinas e equipamentos em 1929, fundadas a partir de 1920, principalmente a partir de 1922, promoveram uma relativa mudança nos produtos produzidos. Foram produzidas máquinas para tecelagem, cerâmica, maquinismos para padaria, calçados, olarias, estamparias, fabricação de macarrão e pão, máquinas para metalurgia, indústria têxtil em geral, fábricas de vidros, motores e caldeiras a vapor.

No final da década de 1930, já havia um núcleo industrial de máquinas para vários setores da indústria, e também foi nessa década que se formou um núcleo de empresas produtoras de máquinas operatrizes. Essas empresas tiveram origem tanto nas empresas que produziam máquinas para a indústria como nas empresas que produziam máquinas para a agricultura. E esse núcleo de empresas que se formou no final da década

de 1930 seria importante para o estágio mais avançado do processo de industrialização na década de 1960.

As evidências arroladas neste trabalho convergem com Bishnupriya Gupta, de que a crise de 1929 afetou negativamente a indústria de máquinas e equipamentos paulista, mas mostra-se que a diversificação da produção de máquinas para a indústria acelerou-se na década de 1920 e não foi resultado da crise. Concorda-se com os demais autores que afirmam que a recuperação da indústria de máquinas e equipamentos foi rápida e mostra-se que no final da década de 1930 a indústria se modernizou, iniciando a produção regular de máquinas-ferramenta.

O próximo artigo analisará duas das principais empresas que nasceram no início do século 20 e tornaram-se as principais empresas de máquinas e equipamentos do País em 1960.

Referência

MARSON, Michel Deliberali. *Origens e evolução da indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo 1870-1960*. 2012. Tese (Doutorado em Economia das Instituições e do Desenvolvimento) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-19062012-185159/>>.

(*) Professor adjunto da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e doutor em Economia do Desenvolvimento, IPE-USP.
(E-mail: michelmarson@usp.br).

É Preciso Cautela, Pois o Caldo Pode Entornar...

IRACI DEL NERO DA COSTA (*)

Permito-me buscar, neste agosto de 2012, uma difusão mais ampla para a breve crônica transcrita abaixo; a escrevi aos três de novembro de 2009 e a coloquei à disposição dos eventuais interessados em um de meus sites.

Como é facilmente verificável, já naquela oportunidade poder-se-ia prever as agruras econômicas com as quais nos deparamos nos dias correntes. Como sabemos, os governos capitaneados por Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff não adotaram medidas capazes de evitar a crise ora vivenciada, pois, como Fernando Henrique Cardoso, tais presidentes mostraram-se absolutamente despreparados para promover a formulação de um plano de longo prazo apto a garantir o desenvolvimento sustentável de nossa economia. Vejamos, pois, o texto de 2009 (destacado em itálico):

A meu ver, nossa recuperação econômica está ocorrendo de maneira muito rápida e sem um respaldo seguro em termos da economia real e de suas efetivas potencialidades. O clima que nos envolve parece aproximar-se mais de um momento de euforia econômica do que de uma

sólida caminhada rumo ao crescimento sustentável no longo prazo.

No Brasil, a meu juízo, o comportamento econômico ora observado mostra-se demasiadamente calcado em um alargamento desmesurado do endividamento da classe média e das camadas de renda mais baixa. De outra parte, o governo central vem aumentando largamente suas despesas e o BNDES promove uma política de empréstimos muito permissiva.

Ora, todos estes fatores de estímulo à produção são temporários e, dentro de pouco tempo encontrarão, necessariamente, seus limites. Quando tal fato materializar-se, a economia ver-se-á fortemente afetada, e corremos o risco de vivenciar um período de abalo econômico, pois o avanço verificado nos dias correntes não poderá sustentar-se tão-somente no eventual crescimento de nossas exportações, fortemente marcadas pela presença de commodities. Ademais, no caso de haver uma quebra no preço destas últimas ou de advir um novo sismo em escala mundial, defrontar-nos-emos com uma situação muito menos favorável do que a vigente em fins do ano de 2008.

Na conjuntura atual deve prevalecer, pois, a cautela, cuidado este difícil de ser alcançado numa quadra cada vez mais dominada pela expectativa gerada pelas eleições do ano entrante.

Por fim, e voltando ao momento presente, vale lembrar que a grotesca tentativa da atual presidente da República de desautorizar, sem as qualificações necessárias, o PIB como indicador de desempenho econômico patenteia o quão desprotegidos estamos todos os brasileiros, condenados a viver numa economia deixada ao sabor das marolas e furacões produzidos pelas crises que se abatem sobre as economias forâneas, assim como fustigam nosso mercado interno e inibem a ação de nossos investidores e empreendedores.

Professor livre-docente aposentado da FEA-USP. (E-mail: idd@terra.com.br).

O Círculo Vicioso da Pobreza e a Causação Circular Cumulativa: Retomando as Contribuições de Nurkse e Myrdal

FERNANDA GRAZIELLA CARDOSO (*)

1 Introdução

O presente artigo é o terceiro de uma série de quatro textos que buscam retomar a contribuição teórica de alguns dos pioneiros do desenvolvimento econômico. Esses autores ajudaram a compor a base da Economia do Desenvolvimento, que ganhou forma e expressão no pós 2ª Guerra Mundial. Todos os artigos que compõem essa série estão baseados em dois capítulos de minha tese de doutorado (CARDOSO, 2012), em que busquei elencar contribuições teóricas dos pioneiros do desenvolvimento que auxiliariam a compor uma perspectiva complexa sobre os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento econômicos, na medida em que destacam a heterogeneidade e a especificidade das nações subdesenvolvidas, bem como mecanismos cumulativos e causações circulares relacionadas à armadilha do subdesenvolvimento econômico, assim como à sua própria superação.

Neste texto, o foco está sobre dois pioneiros: Nurkse (1969 [1952], 1957 [1953]) e Myrdal (1968 [1957]). Ambos os autores apresentam em suas contribuições teóricas a recorrência a mecanismos cumulativos e a causações circulares como fontes explicativas importantes. Nurkse define e explica o círculo vicioso da pobreza e Myrdal aponta para a importância da identificação de causações circulares cumulativas para entender e vislumbrar a possibilidade de alcançar o desenvolvimento.

A seguir, inicia-se a discussão com a retomada da contribuição de Nurkse e, posteriormente, apresenta-se a contribuição de Myrdal. Por fim, nas considerações finais, destacam-se possíveis paralelos e complementaridades entre as abordagens dos dois autores.

2 Nurkse e o Círculo Vicioso da Pobreza

Nurkse define as nações subdesenvolvidas, comparativamente às nações avançadas, a partir justamente das suas dotações de capital; porém, embora o autor considere a dotação de capital uma condição necessária, ela não seria suficiente para a definição do progresso. A busca pela suficiência condicional implicaria o cumprimento de determinadas ações e políticas; algumas delas são discutidas pelo

autor, conforme exposto em seguida.

Para Nurkse (1957 [1953], p. 8), o círculo vicioso da pobreza significa que “um país é pobre porque é pobre”. Segundo o autor, as mais importantes das relações circulares que compõem esse círculo vicioso são justamente aquelas que dificultam a formação de capital nos países atrasados, relacionadas tanto ao lado da oferta quanto ao lado da demanda de capital. E o ponto comum das relações circulares relativas à demanda e à oferta de capital é a condição inicial dessas nações atrasadas, qual seja, o baixo nível da renda real, refletida em baixa produtividade.

Nurkse (1969 [1952]) ressalta que a dimensão do mercado é determinada pelo nível geral de produtividade, o qual depende, em grande medida, da utilização de capital. No entanto, a utilização de capital pode ser inibida justamente pela pequena dimensão do mercado. E sem aplicação de capital, não há como se desenvolver. Assim, se se parte de uma situação inicial de mercado de pequena dimensão, como é o caso das economias atrasadas, como quebrar esse círculo

vicioso de pobreza? Recorrendo à teoria de crescimento equilibrado, o autor explica que uma maneira de quebrar esse círculo vicioso é a aplicação de capital planejada em diferentes indústrias, o que permitiria uma ampliação geral do mercado e um melhor aproveitamento, em prol do desenvolvimento, da renda e capital a serem gerados e acumulados.

Nurkse (1957 [1953]) explica que o tamanho do mercado e o nível de produtividade no longo prazo são os determinantes mais importantes do volume de comércio internacional. Desse modo, a estratégia de crescimento equilibrado, sendo meio de ampliar o mercado e estímulo à inversão de capital, incrementando a produtividade, seria fundamental para expandir o comércio externo das áreas economicamente mais atrasadas. Nesse sentido, o autor indica quais seriam as etapas a serem cumpridas, a começar pelo desenvolvimento do mercado interno.

Nurkse detalha o problema de suprimento de capital, argumentando que adquire natureza distinta a depender de a nação atrasada em questão ser pouco ou densamente povoada. Indica o autor que os países densamente povoados sofreriam de desemprego disfarçado em larga escala, significando que, mesmo que não houvesse modificação substancial nas técnicas de produção nos setores onde se observasse esse fenômeno – em

geral, setores agrícolas –, grande parte da mão de obra poderia ser transferida para outros setores – especialmente indústrias – sem que esse deslocamento de fator trabalho incorresse na diminuição da produção dos primeiros. Nesses casos, é como se houvesse uma poupança oculta, pois estaria aberta a possibilidade de deslocar esse excesso de população para projetos de formação de capital, tais como para a formação de infraestrutura. Já nos casos das nações escassamente povoadas, embora não se observassem melhorias radicais nas técnicas e métodos de produção, não haveria como deslocar mão de obra entre os setores sem que isso acarretasse diminuição na produção dos setores que liberariam mão de obra.

Em outras palavras, é como se a abundância de fator trabalho retirasse a restrição que incentiva o desenvolvimento de métodos mais produtivos na agricultura, o que seria um aspecto negativo do ponto de vista do desenvolvimento. Por outro lado, o excesso de mão de obra poderia, na verdade, significar uma disponibilidade não aproveitada de recursos. No entanto, para que essa vantagem fosse aproveitada, estaria colocada aqui novamente a necessidade de planejamento, pois os mecanismos de mercado não se encarregariam de deslocar essa mão de obra excedente para os setores com maior potencial dinâmico de crescimento e desenvolvimento.

Ademais, é importante notar que, para Nurkse (1969 [1952]), a estratégia de crescimento equilibrado deve ser pensada em termos globais, ou seja, não adiantaria uma nação se especializar somente nas produções em que historicamente apresentasse maiores vantagens comparativas, mesmo porque essa opção as prenderia na produção apenas de bens primários, cujo mercado está sujeito a diversas flutuações, conforme destaca a tese Singer-Prebisch. Para o autor, o foco deveria se voltar ao mercado interno.

Para Nurkse, essa argumentação, por sua vez, não constituiria defesa da autarquia; isto porque, simultaneamente ao aumento de produtividade permitido pelo incremento do mercado e da aplicação de capital por ele estimulado, observar-se-ia uma transformação da pauta de exportação e importação, incrementando, ao invés de reduzir, o comércio externo. Há que se considerar nessa mesma direção que, como resultado da expansão da industrialização na economia global, aquela situação verificada no século 19 – as nações ricas exportando manufaturados para as nações pobres, das quais importavam bens primários – se modificara ao longo do século 20, já que as próprias nações avançadas passaram a comerciar entre si, restringindo ainda mais o papel econômico internacional das nações subdesenvolvidas.

No que se refere à oferta de capital para o desenvolvimento, destaca Nurkse que essa situação poderia, a princípio, ser resolvida por meio de capital externo. No entanto, como o nível relativo de renda, e não apenas o absoluto, também determina a poupança, a entrada de capital externo por si só não resolveria a questão do círculo vicioso da pobreza. O autor explica, recorrendo à Teoria de Duesenberry, que um incremento de renda interna poderia, por meio do chamado efeito demonstração, resultar numa maior propensão ao consumo nas nações mais pobres, reduzindo, por conseguinte, sua capacidade de poupança, mesmo diante do referido aumento de renda. O efeito demonstração, assim como ocorreria com os indivíduos quando entrassem em contato com padrões de gastos superiores, também seria observado no plano internacional.

Como resultado dessa propensão a consumir incrementada pelo contato com padrões de consumos superiores, observa-se, nas economias atrasadas, uma tendência inflacionária interna e uma tendência ao desequilíbrio no balanço de pagamentos. No entanto, de acordo com Nurkse, o maior problema residiria justamente no fato de que, ao conduzir ao maior consumo e reduzir a quantidade de poupança interna disponível, o efeito demonstração – ressaltado e estimulado pelas disparidades internacionais de renda – prejudicaria a própria formação de capital

nos países mais atrasados. Em poucas palavras, a desigualdade de renda internacional, por meio do efeito demonstração, alimentaria o funcionamento do círculo vicioso da pobreza, o que, por sua vez, incrementaria ainda mais o nível de disparidade entre as nações ricas e as nações pobres.

Um meio de coibir os efeitos perniciosos do efeito demonstração – ou, diretamente, do desequilíbrio no balanço de pagamentos por ele desencadeado – seria a restrição de importações, em especial a de bens de luxo. No entanto, segundo Nurkse, essa política de restrição não seria por si só eficaz, pois o efeito demonstração tende a atuar na função de consumo geral, e não apenas na pauta de importação. Ao concentrar o padrão de consumo em bens supérfluos, o efeito demonstração pode resultar na concentração de capital, já escasso nos países atrasados, em indústrias produtoras desses bens de luxo.

Para Nurkse (1957 [1953]), a solução para a acumulação de capital nas economias subdesenvolvidas não pode ser alcançada sem grandes esforços internos. A formação de capital depende de políticas complementares internas. A ação interna é crucial tanto no que se refere ao uso efetivo – em termos da formação de capital – dos recursos que se disponibilizem quanto para abrir novos caminhos para captar e formar mais capital.

Sobre o papel do Estado, Nurkse enfatiza que a maioria das nações subdesenvolvidas precisa de sua participação ativa na condução tanto dos planos de investimento, quanto na promoção de políticas que captem recursos para esse fim. No entanto, o autor ressalta que não há uma fórmula única, cabível a todos os contextos. Essa observação é importante, pois evidencia a crucialidade das especificidades das nações que, mesmo apresentando a característica comum de subdesenvolvimento, são heterogêneas.

Nurkse também realiza uma observação que sugere a necessidade de que haja uma coalizão social em prol do programa de desenvolvimento, bem como uma ampla participação dos agentes econômicos internos que compõem o sistema nacional. Além de atuar de maneira direta na captação e direcionamento, o Estado pode e deve fazê-lo indiretamente – por meio, por exemplo, de garantias institucionais e políticas de incentivo que permitam à sociedade atuar em conjunto com o Estado na superação das dificuldades de formação de capital enfrentadas pelas nações subdesenvolvidas. Isso possibilitaria a essas nações a chance de alcançar seu objetivo de desenvolvimento.

Por fim, vale destacar que Nurkse se reporta a essas dificuldades concernentes à acumulação de capital como um conjunto de cir-

cunstâncias que podem levar à conservação de uma economia atrasada num estado de equilíbrio subdesenvolvido. Além disso, para o autor, o progresso econômico não é gerado espontaneamente. Para tal, conforme aventado anteriormente, se fazem necessárias ações direcionadas pelo Estado e amparadas pela sociedade.

3 Myrdal e a Causação Circular Cumulativa

De maneira semelhante aos demais pioneiros, Myrdal não atribui validade à teoria da convergência da riqueza e desenvolvimento das nações, destacando como característica marcante da situação internacional a crescente desigualdade econômica entre os países. Entretanto, para o pioneiro, essa situação não seria imutável.

Myrdal (1968 [1957]) define o conceito de causação circular e cumulativa. Com base nesse conceito, infere que quanto mais se conhece a maneira como os fatores se inter-relacionam, maior seria a capacidade de alcançar bons resultados em termos de política, em especial aquelas que tivessem como pretensão alterar o sistema social. Algo que, no contexto dos países subdesenvolvidos, requer mudanças de grande alcance; assim sendo, conhecer as causações entre os fatores auxiliaria a potencializar e a canalizar de forma mais eficaz os efeitos positivos ao desenvol-

vimento, facilitando a tarefa de superação do subdesenvolvimento.

Segundo Myrdal, ao eliminar muitas das estruturas de controle tradicionais que sustentavam o sistema de poder mundial, a 2ª Guerra Mundial fez emergir um novo nacionalismo, baseado no qual diversas nações, relativamente mais pobres, passaram a reivindicar, além da liberdade, a igualdade de oportunidades, aspirando, por conseguinte, ao alcance do desenvolvimento econômico. O autor destaca inclusive a mudança de denominação dessas nações, que teria passado de “atrasadas” para “subdesenvolvidas”, o que seria reflexo da própria mudança de percepção sobre a situação econômica e a perspectiva futura desse grupo de países.

Posicionando-se criticamente à abordagem convencional, Myrdal indica que a noção de equilíbrio estável traria implícita a ideia de que, em resposta a uma mudança em determinada direção, surgiriam, automaticamente, mudanças secundárias em direção oposta à primeira, de modo a neutralizá-la. Relacionada à noção de equilíbrio estaria também a ideia de que seria suficiente analisar a realidade social baseando-se somente em fatores econômicos. No entanto, para o autor, a omissão desses fatores não econômicos, que corresponderiam aos principais meios de causação circular cumulativa, representaria uma das principais deficiências

da teoria econômica. Além disso, a incorporação de fatores não econômicos, necessários para discutir o tema desenvolvimento, tornaria inviável a utilização de métodos equilibristas. Não seria verificável uma tendência automática à estabilização do sistema social; pelo contrário, haveria sim uma tendência de afastamento do estado dito de equilíbrio, algo que seria explicável pelo processo de causação circular cumulativa.

Conforme dito anteriormente, em linha com a argumentação dos demais pioneiros, Myrdal observa que se o processo cumulativo, alimentado pela causação circular, não fosse controlado, promoveria desigualdades crescentes. Entretanto, para o pioneiro, é possível atingir uma posição estável por meio de interferências políticas planejadas. Para tal, faz-se necessário conhecer e compreender, em alguma medida, como os diversos fatores se inter-relacionam.

Myrdal aponta que parte da explicação dos males dos países subdesenvolvidos reside no fato de os efeitos propulsores serem fracos. Deixados somente às forças do mercado, o que se observa é a geração ou a ampliação de desigualdades regionais nesses países, e as próprias desigualdades representam obstáculos ao progresso. De acordo com o autor, “Esta é uma das relações interdependentes, por meio das quais, no processo acumulativo, ‘a pobreza se torna

sua própria causa” (1968 [1957], p. 63), conclusão que se assemelha muito àquela apresentada por Nurkse (1957 [1953], p. 8), quando define o círculo vicioso da pobreza e indica que um “país é pobre porque é pobre”.

Myrdal também interliga as desigualdades regionais internas e as desigualdades internacionais. A explicação para essa interdependência se inicia pela relação entre a falta de integração econômica nacional e o próprio atraso econômico, pois os baixos níveis, por exemplo, de mobilidade social e de educação, significariam maiores obstáculos aos efeitos propulsores de um determinado movimento expansionista, dificultando, por conseguinte, maior integração nacional, e criando e perpetuando desigualdades internas.

Explica Myrdal que, no plano internacional, o comércio não opera para promover igualdade. Pelo contrário, especialmente no contexto do subdesenvolvimento, o comércio internacional pode acabar provocando efeitos regressivos. O mesmo raciocínio seria válido para o movimento de capitais, que tenderiam a se esquivar dos países subdesenvolvidos. Então, o autor reforça que o desenvolvimento econômico tem de ser promovido necessariamente por meio de interferências políticas – pois, no final das contas, os efeitos propulsores fracos entre os países seriam na verdade um reflexo da fraqueza

dos efeitos propulsores internos, que são tanto consequência como causa do baixo nível de desenvolvimento.

Especificamente sobre o papel do Estado, Myrdal destaca que parte da explicação da permanência na pobreza de alguns países se encontra nas próprias políticas estatais. De acordo com o autor, nos países pobres, os esforços para promover políticas de integração nacional teriam sido fracos, ao contrário do ocorrido nos países ricos. Ademais, as medidas políticas igualitárias seriam ainda mais dificultosas nas nações pobres por conta da debilidade dos efeitos propulsores. O autor então destaca a interdependência das medidas, pois o combate eficiente dos efeitos regressivos por meio dos efeitos propulsores possibilitaria um ambiente mais propício à implementação das medidas políticas igualitárias.

Myrdal ressalta que a mudança mais importante a ser empreendida na esfera política das nações subdesenvolvidas é a compreensão da crucialidade do estabelecimento de um plano nacional de desenvolvimento econômico, o qual, em termos de modelo abstrato, deveria ter como base um estudo da causalção circular entre os fatores relevantes para determinar a dinâmica do sistema econômico. No entanto, em geral, o Estado nos países subdesenvolvidos é fraco.

Ainda sobre o plano nacional de desenvolvimento econômico, Myrdal indica que não pode ser elaborado baseando-se em critérios de lucratividade privada, pois a maior parte dos investimentos a ser realizada pelo plano não é lucrativa individualmente, por isso também a necessidade de interferência estatal. Além disso, o autor ressalta que, para de fato haver chance de êxito no programa de desenvolvimento econômico, deve ser priorizada a criação de escolas e universidades, destinadas à preparação de cientistas e pesquisadores.

O pioneiro Myrdal defende que, para ser realista, a teoria econômica tem que se transformar numa teoria social. Com vistas a esse objetivo, deve romper com a teoria do equilíbrio estável e com os princípios do *laissez-faire*, dos quais decorreriam os fundamentos para defender a teoria do livre intercâmbio. A sua contribuição teórica teria como propósito justamente se desenvolver nessa direção, qual seja, de indicar a inadequação dos fundamentos da teoria tradicional para lidar com questões relativas ao desenvolvimento. Para o autor, a principal hipótese de uma teoria econômica supostamente mais realista deveria buscar contemplar a causalção circular entre todos os fatores do sistema social, resultantes do processo. Algo que, obviamente, não se trata de tarefa trivial, se é que seria na verdade possível.

4 Conclusão

Para Nurkse, as mais importantes das relações circulares que compõem o círculo vicioso da pobreza são aquelas que dificultam a formação de capital nos países atrasados, relacionadas tanto ao lado da oferta quanto ao lado da demanda de capital. Com vistas a fazer frente a esses obstáculos, a estratégia de crescimento equilibrado deve ser pensada em termos globais, significando que as nações atrasadas deveriam diversificar sua pauta exportadora na direção de produtos mais elaborados, bem como para direcionar esforços para o desenvolvimento do mercado interno. Outra observação interessante derivada do autor refere-se ao efeito demonstração, que implicaria que, se não houver direção de planejamento e grandes esforços internos, estaria colocada uma tendência a direcionar os recursos ou ao consumo propriamente dito de bens de luxo ou à concentração de capital em setores produtores desses bens. O autor então conclui que o Estado deve disponibilizar garantias institucionais e políticas de incentivo que permitam à sociedade atuar para superar o círculo vicioso da pobreza.

Ao levar em consideração a cumulatividade do processo econômico, Myrdal destaca que o comércio internacional funciona como meio de provocação e perpetuação de

desigualdades crescentes entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, caracterizados pela predominância de efeitos propulsores fracos, que explicam e perpetuam as próprias desigualdades internas dessas nações. Por isso a necessidade de interferências políticas planejadas para promover o desenvolvimento econômico.

Ambos os autores aqui discutidos desenvolveram o cerne de sua argumentação ao redor de definições teóricas baseadas em mecanismos cumulativos. E é especialmente nesse sentido que as abordagens de Nurkse e Myrdal convergem e apresentam possíveis complementaridades. A observação da existência de efeitos propulsores fracos definidos por Myrdal seria um dos componentes que ajudariam a explicar a permanência do círculo vicioso da pobreza definido por Nurkse. Do mesmo modo, o aproveitamento dos efeitos de encadeamento positivo das causas circulares cumulativas destacadas por Myrdal seria um meio potencial de superação do círculo vicioso da pobreza e do alcance do desenvolvimento.

Referências

CARDOSO, Fernanda Graziella. *A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da Abordagem da Complexidade*. Tese (Doutorado) – São Paulo, FEA-USP, 2012.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

NURKSE, Ragnar. Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Ed.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Cia Editora Forense, 1969.

_____. *Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1957.

(*) *Doutora em Economia das Instituições e do Desenvolvimento pelo IPE-FEA-USP (E-mail: fernandacardoso@usp.br).*

Desenvolvimento Econômico Liderado por Recursos Naturais: Uma Discussão Teórica e Crítica. Parte 6 – Economia Política¹

CRISTINA FRÓES DE BORJA REIS (*)

Finalizando a série de seis artigos sobre “desenvolvimento econômico liderado por recursos naturais”, aqui se apresentam as principais conclusões, na defesa de uma abordagem que considere o poder e a riqueza, a economia política. Antes de concluir, porém, discute-se breve e criticamente a concepção de Estado e seu papel na literatura do *mainstream* sobre o tema. Esse passo é importante porque toda abordagem – neste estudo separado em dotações iniciais, regime macroeconômico, mudança estrutural e instituições – envolve uma concepção positiva e normativa de Estado.

1 O Estado em Economias Especializadas em Recursos Naturais

A abordagem atual do *mainstream* sobre o Estado em economias especializadas em recursos naturais (RN) envolve a concepção de Estado rentista. Para os economistas neoclássicos, o agente rentista é aquele que não participa da produção, mas dela tira proveito através de rendas, como o aluguel ou juros. Rendas seriam “receitas a mais” ou uma parcela dos ganhos que excede o mínimo necessário para

atrair um trabalhador a aceitar realizar uma atividade determinada ou uma firma a entrar em um ramo industrial particular.² Atividades *rent-seeking* buscam criar, manter ou mudar os direitos e instituições sobre os quais rendas particulares são criadas. O Estado rentista³ é aquele que recebe uma porção substancial de suas receitas através de rendas não diretamente relacionadas à produção da economia, como concessões de acesso e exploração de recursos naturais. Aliás, em geral os autores consideram que as rendas de RN têm esse aspecto distintivo de não serem necessariamente “merecidas” porque nenhum ou pouco investimento pode ser necessário para gerar lucros (afinal, a origem da renda é dada pela natureza, portanto, externa à economia). Por um lado, esse fato torna a economia mais vulnerável, principalmente se o Estado alimenta a formação de instituições *rent-seeking* que perpetuam o sistema. De outro, os proprietários de RN têm uma maior taxa de retorno do investimento, o que aumenta sua acumulação de capital e eventualmente de poder – principalmente se aqueles proprietários compõem a elite que domina o Estado (DI JOHN, 2009).

O grau de dependência às rendas de RN de países especializados na produção primária varia conforme os preços internacionais e a demanda das *commodities*. À medida que os preços internacionais se mostram mais favoráveis, incentivam progressivamente as exportações de RN, deflagrando um processo de crescimento conduzido pelo setor primário. As receitas do setor vão se tornando cada vez mais reguladas pelo governo, modificando direitos de propriedade e definindo a estrutura fiscal do Estado. Constituem-se, assim, Estados rentistas em que as receitas de RN são uma base fiscal suficiente, reduzindo a necessidade de tributar cidadãos – o que implica menor poder de barganha política para os grupos de fora do setor exportador de RN. Os sistemas de coletar e distribuir os impostos, por sua vez, criam incentivos que influenciam a organização da vida econômica e política, além de modelar as preferências do governo quanto às políticas públicas. (KARL, 1997). Ou seja, quando a base fiscal do governo se concentra sobremaneira em uma pequena porção da sociedade, a ponto de as receitas governamentais serem cada vez mais dependentes das rendas de

RN, as políticas públicas se tornam tendenciosas para manter o sistema produtivo real trabalhando a fim de garantir aquelas rendas. E uma consequência possível é a contenção do surgimento de novas atividades econômicas. Em resumo, na visão *mainstream*, confiar em fontes externas de rendas promove fracos arranjos institucionalizados estatais, gerando Estados rentistas e processos ineficientes de formulação de políticas (KARL, 1997; AUTY, 2001). A abundância e a consequente especialização em RN levam a, afinal, *rent-seeking* e corrupção. Além disso, as instituições fracas e as disputas pela propriedade dos RN fazem com que essas economias sejam mais propensas ao conflito (COLLIER, 2008, e outros). Portanto, a recomendação normativa dos trabalhos que adotam essa concepção de Estado é a de Estado mínimo, a fim de prevenir a maldição ou armadilha dos recursos naturais.

Essa concepção do *mainstream* de Estado em economias especializadas em recursos naturais merece cinco grupos de críticas principais. Em primeiro lugar, as críticas discutidas anteriormente nesta série⁴ à abordagem neoclássica e da nova economia institucional – baseada no individualismo metodológico e na racionalidade instrumental. Segundo, é preciso levar em conta o estado de desenvolvimento da estrutura produtiva e institucional do país na análise. Os Estados e suas instituições não eram neces-

sariamente fracas *a priori* quando a economia se especializou em RN (vide artigo 3 da série). Por exemplo, os Estados da Holanda e da Noruega já possuíam instituições mais arraigadas quando começou o ciclo de especialização em gás (anos 70) e petróleo (anos 50 em diante), respectivamente. Outros exemplos foram Estados Unidos, Suécia e Finlândia. Em terceiro lugar, a atuação do Estado não é necessariamente homogênea ao longo do tempo, ou seja, ciclos políticos sofrem alterações que mudam as decisões institucionais em prol de novos grupos – como mostrou o desenvolvimento industrial de Brasil, Argentina e México. Quarto, as teorias de Estado rentista carecem de uma análise mais profunda e abrangente sobre os processos de formação institucional, acumulação de capital e conflitos políticos, especialmente sobre como se formam as coalizões de interesses que dominam o Estado. Um amplo entendimento da economia política de extrativos compreende, por um lado, relações Estado-sociedade e como elas são afetadas pela presença de RN em termos de resultados cumulativos e, por outro lado, a natureza dos processos de produção e de comercialização da *commodity* com implicações a nível micro e macroeconômico, estrutural e institucional. Em quinto lugar, e relacionado com o último ponto, a abordagem tradicional deixa de lado considerações da economia política internacional. Os interesses externos têm um grande

peso sobre as decisões tomadas por cada governo em relação à taxação, às políticas industriais, ao regime macroeconômico etc. voltados ao setor de RN. Há que se lembrar da natureza estratégica de produtos alimentares e minerais; logo, a economia política de RN necessariamente inclui as relações geopolíticas (militares e de segurança alimentar e energética, principalmente) entre centros de poder, tanto Estados quanto grupos privados. A pressão política e o poder de mercado de grandes empresas multinacionais e nacionais que exploram os recursos de um dado país são fatores cruciais na formação das instituições do Estado, como fica evidente no caso do petróleo.

Assim, como afirmado anteriormente, uma abordagem de economia política que vença essas críticas busca entender as relações políticas e econômicas entre estrutura produtiva e instituições. O processo de formação das coalizões políticas que sustentam o Estado não pode ser tratado instrumentalmente, como na abordagem do *mainstream*. As condições materiais contribuem para moldar os arranjos produtivos e institucionais, que acabam sendo palco das disputas políticas da sociedade entre trabalhadores e proprietários de meios de produção (e dos RN), entre diferentes facções de capital e grupos empresariais, entre a burocracia estatal e novas coalizões tecnocratas, entre os in-

teresses capitalistas nacionais e internacionais etc. (DI JOHN, 2009). Não se nega que problemas de *rent-seeking* e corrupção aconteçam em Estados especializados em RN, mas este argumento é simplista demais e não se revela o mecanismo causal mais significativo para as diferenças de trajetória de desenvolvimento econômico.

Afinal, o Estado mínimo não se apresenta como a solução para o progresso, pois a história ensina que nos casos de sucesso as políticas macroeconômica e industrial do Estado foram fundamentais para o processo de diversificação produtiva e redução da dependência sobre os setores primário-exportadores (CHANG, 2002). Genericamente, nos países especializados em RN que alcançaram elevado padrão de vida da população, o Estado apoiou a industrialização através de investimento público (em infraestrutura e também em atividades produtivas através de empresas estatais), de políticas fiscais, monetárias e comerciais, e também, pela constituição de instituições governamentais que contribuíram para a efetivação das políticas públicas. Durante a implantação de estratégias de desenvolvimento, inevitavelmente esses Estados criaram ativos que foram redistribuídos entre classes sociais, esferas regionais e segmentos do setor privado – afetando a dinâmica dos conflitos políticos.

2 Conclusões para uma Abordagem Heterodoxa Sobre Desenvolvimento Econômico Liderado por Recursos Naturais

A concepção de Estado defendida combina com a abordagem proposta ao longo desta série de artigos, de caráter heterodoxo, estruturalista, enfatizando o ponto de vista da produção e que privilegia o cruzamento de elementos estruturalistas e institucionais. O conceito de desenvolvimento econômico adotado é o de um processo relacionado à ampliação do emprego e da capacidade produtiva, com mudança estrutural para setores capital e tecnológico intensivos (CHANG, 2009). A partir de uma perspectiva de crescimento setorial, nesta visão a convergência de renda entre países não industrializados e industrializados não é um resultado natural da dinâmica econômica, requerendo, assim, a intervenção do Estado para viabilizar progresso técnico e mudança estrutural que elevem de forma sustentada a taxa de crescimento, reduzindo o desemprego estrutural e o hiato de renda e tecnológico com os países centrais. Mais ainda, o desenvolvimento econômico não requer necessariamente seguir etapas, mas sim superar assimetrias internacionais de três tipos: tecnológicas, de negócios (centros financeiros e sedes de empresas multinacionais) e macroeconômicas (grau de liberdade política).

A especialização em recursos naturais trata-se da concentração dos investimentos e atração de divisas de um país em certa atividade produtiva, que geralmente responde pela maior parte das exportações, embora possa ou não representar também a maior parte do valor agregado gerado por uma economia. Destarte, “desenvolvimento econômico liderado por recursos naturais” trata-se da especialização inicial, temporária ou permanente, em RN que gera crescimento induzido e mudança estrutural para atividades industriais, levando à diversificação exportadora e industrialização em geral. A atividade primária – por conta de alguns mecanismos destacados logo mais – é capaz de deflagrar, assim, um processo persistente e prolongado de elevação do produto por trabalhador e da renda *per capita* e, conseqüentemente, da parcela do produto e do emprego que excede aquela necessária à reprodução do sistema econômico. Contudo, o sucesso dessa trajetória é condicionado exatamente por certos mecanismos, que se combinam de formas diversas e não universais, de acordo com o contexto histórico, político e social de cada economia e do sistema internacional. Portanto, os RN não constituem necessariamente uma benção ou maldição, apesar de a literatura atual sobre o tema insistir nesta classificação.

Sendo tal literatura sobre desenvolvimento e RN extensa, a série de artigos apresentou parte dela

separando-a nas seguintes esferas: dotações iniciais, regime macroeconômico, mudança estrutural, instituições, em particular o Estado (cada artigo tratou de um deles). As diferentes linhas teóricas revisadas não chegam a um consenso – entre si e entre autores da mesma corrente de pensamento – sobre a possibilidade do desenvolvimento a partir de RNs. Mesmo porque não há resposta única. Entretanto, pode-se inferir que os países que se especializaram em recursos naturais aproveitando-se de dotações iniciais ou de desenvolvimento tecnológico de sua produção/extração se deparam com duas trajetórias possíveis: a) exportação de RN que leva ao crescimento induzido, mas com baixa diversificação produtiva e exportadora; b) exportação de RN que leva ao crescimento induzido, mas com industrialização a partir do setor de RN, conduzindo à diversificação exportadora e industrialização em geral. A trajetória (b) corresponde à definição de desenvolvimento liderado por recursos naturais lembrada acima. Este processo pode lograr a elevação da produtividade geral da economia, do nível geral de salários e gerar aumento progressivo e sustentado da renda *per capita* da população. Os mecanismos que propiciam a trajetória (b) dependem da combinação de uma série de circunstâncias relacionadas às esferas produtivas e institucionais, em particular da ação do Estado – e, portanto, das relações econômicas e políticas da sociedade. Como criticado na seção

1, é preciso distinguir dois casos principais de desenvolvimento a partir de RN: de um lado, o das economias relativamente diversificadas que sofrem mudanças na matriz produtiva após a descoberta ou disponibilidade de uma nova fonte de RN que se torna um produto importante das exportações; de outro, o caso das economias de subsistência dependentes da exportação de produtos primários, que se encontram num estágio mais atrasado de diversificação produtiva.

Sobre o regime macroeconômico, concluiu-se que tanto nos países que possuem base industrial prévia quanto nos que não a possuem, a taxa de câmbio desempenha papel fundamental para o desenvolvimento da economia e diversificação da matriz produtiva. O câmbio real valorizado pode atuar como inibidor de atividades não exportadoras de RN, principalmente através de seus efeitos sobre a demanda agregada e o emprego. Os mecanismos centrais para haver mudança na estrutura de emprego de um país no longo prazo são o aumento na produtividade agrícola e a absorção e manutenção de trabalhadores principalmente nos setores de bens de consumo e de capital. Além do mais, direcionar gastos e incentivos tributários para aumentar a produtividade das empresas em geral, especialmente do setor agrícola para o mercado interno, comprovou-se como um

meio importante para promover diversificação produtiva.

Ressaltou-se, também, que as economias dependentes de RN estão sujeitas a ciclos de liquidez internacional e dos preços das matérias-primas, que impedem que a taxa de câmbio se mantenha apreciada indefinidamente. E ainda, os RN também podem se esgotar, ou sua extração se tornar tão cara a ponto de a produção ficar demasiado onerosa e ineficiente. Em ambas as situações, tanto para os países com estrutura produtiva mais diversificada quanto para aqueles totalmente especializados em RN, a reversão no quadro de *boom* dos RNs pode provocar efeitos dramáticos sobre a economia na ausência de medidas prévias de redução da vulnerabilidade externa ou de medidas contracíclicas efetivas para a manutenção do emprego e renda do setor exportador, em primeira instância, e de toda a economia conseqüentemente. Então, o desenvolvimento de longo prazo envolve a elaboração de um planejamento estratégico sobre a exploração de recursos naturais e suas conseqüências econômicas, políticas, sociais e ambientais, especialmente se são RN não renováveis. A investigação sobre o processo de mudança estrutural destacou a importância das inovações e dos efeitos de encadeamento, dos ganhos de produtividade e modernização agrícola, e de aspectos microeconômicos da cadeia de valor – em especial custos afundados,

na superação da heterogeneidade estrutural de economias especializadas em RN. A ideia geral é de que países que obtiveram sucesso na trajetória de desenvolvimento liderado por RN contaram com inovações e investimento tecnológico no mesmo, propiciando fortes efeitos de encadeamento sobre o restante da economia e gerando elevação da produtividade do setor e em geral. O desempenho das inovações e dos efeitos de encadeamento depende não somente das políticas macroeconômicas e industriais, mas também dos aspectos microeconômicos (e relacionados à estratégia geopolítica dos Estados e das multinacionais) da cadeia produtiva do RN, principalmente dos custos afundados relacionados à sua produção.

Por fim, sustentou-se que o papel de instituições em desenvolvimento econômico só pode ser compreendido juntamente com a análise da evolução material. É importante examinar como as instituições evoluem e para qual direção interferem no funcionamento da economia, desde o ponto de partida de que a ação humana cria instituições – tomando-as, portanto, como uma construção social. Esse enfoque é diametralmente oposto ao individualismo metodológico que prevalece no *mainstream*, a Nova Economia Institucional. Na abordagem ora proposta, a natureza entrelaçada da ação individual econômica gera estruturas que, embora sigam certas tendências ditadas por relações de poder, não satisfazem os planos iniciais de uma dada pessoa (MEDEIROS, 2001). As instituições impactam relações Estado-sociedade, o comportamento burocrático e a formação do Estado. A oferta de instituições, em geral, depende de como elites nacionais e internacionais cooperam e/ou competem para formar o Estado de um país especializado em RN.

Referências

- AUTY, Richard. *Resource abundance and economic development*. New York: Oxford Univ. Press, 2001.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: estratégias do desenvolvimento um uma perspectiva histórica*. São Paulo, Editora UNESP, 2002.

_____. Hamlet without the prince of Denmark: how development has disappeared from today's 'development' discourse. In: KHAN, S.; CHRISTIANSEN, J. (Ed.). *Towards new developmentalism: market as means rather than master*. Abingdon: Routledge, 2009.

COLLIER, Paul. *The bottom billion: why the poorest countries are failing and what can be done about it*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

DI JOHN, Jonathan. *From Windfall to curse? Oil and industrialization in Venezuela, 1920 to the present*. Pennsylvania: Pens State University Press, 2009.

KARL, Terry. *The paradox of plenty: Oil booms and petro-states*. Los Angeles: University of California Press, 1997.

MAHDAVI, Hussein. The Patterns and problems of economic development in Rentier States: the case of Iran. In: M. Cook (Ed.). *Studies in economic history of the Middle East*. Oxford, 1970.

MEDEIROS, Carlos. Rivalidade estatal, instituições e desenvolvimento econômico. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (Org.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

REIS, Cristina F. B. Desenvolvimento econômico liderado por recursos naturais: uma discussão teórica e crítica. Partes 1 a 5. *Informações FIPE*, n. 377, 378, 380, 381, 382, 2012.

1 Este texto deriva da tese de doutorado da autora, com apoio do CNPq (bolsa de doutorado pleno no Brasil) e da CAPES (bolsa de doutorado-sanduíche em Cambridge, UK). A autora agradece as contribuições de Carlos Aguiar de Medeiros e Isabela Moraes.

2 Milgrom e Roberts (1992, p. 269 *apud* DI JOHN, 2009, p. 90).

3 O conceito de Estado rentista foi popularizado por Mahdavi (1970) quando discutido sobre a revolução iraniana.

4 Reis (2012).

(*) Economista pela FEA-USP e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). (E-mail: titi.reis@ie.ufrj.br).

ecorresenhas & cia



Ecorresenha

THIAGO FONSECA MORELLO (*)

ABRAMOVAY, Ricardo. *Muito além da economia verde*. Editora Abril, 2012. (Série Planeta Sustentável)

O livro pode ser dividido em duas partes: a primeira (diagnóstico), que compreende os capítulos 1 e 2, cobre a questão do esgotamento do modelo econômico baseado no crescimento, mesmo em sua versão “verde”, em que o controle da pressão imposta à natureza é meramente relativo; na segunda parte, os capítulos 3 e 4 se dedicam à exposição de duas oportunidades para a ruptura com o modelo atual, as quais brotam do interior do próprio e têm como denominador comum a democratização da tomada de decisão, especialmente no que diz respeito à produção de bens e serviços.

1 Diagnóstico

As economias que têm em sua contínua expansão o principal fundamento de seu funcionamento são incapazes de dar base, de maneira durável, à compatibilização de progresso social e conservação ambiental.

Em primeiro lugar, porque o crescimento econômico geralmente se traduz em redução menos do que proporcional da fração da população em estado de carência quanto às necessidades mais elementares (alimentação, moradia, educação, saneamento básico, mobilidade etc. – p. 50-51 e 64).

Em segundo lugar, porque a expansão da produção e do consumo

apenas aumenta a tensão existente entre grupos portadores de visões distintas quanto a como deve ser empregado o estoque finito de potencialidades naturais disponíveis (p. 35 e 36).

Essas duas razões têm o mesmo fundamento: a ampliação da renda detida por uma sociedade não é condição suficiente e nem mesmo necessária para a desconcentração da primeira e do acesso a liberdades substantivas (cap. 1, seção 2). Pelo contrário, conforme o autor ilustra com rica gama de surpreendentes exemplos (p. 60-63), a tendência nos últimos anos é de que o crescimento venha acompanhado de ampliação da desigualdade.

Progresso social, ou desenvolvimento, contudo, não podem ser circunscritos a condições materiais de vida (renda e necessidades básicas) simplesmente porque a vida humana é um construto multidimensional, cuja qualidade diz respeito ao estado físico, mental, psicológico, moral, espiritual e social do indivíduo. Daí porque o Produto Interno Bruto se prova uma medida inadequada de bem-estar (p. 28, 44-48, 50-55, 65-76).

Talvez não exista exemplo mais esclarecedor do que o consumismo. Esta engrenagem crucial do capitalismo dos países desenvolvidos e em desenvolvimento abre feridas na saúde pública e na coesão social de difícil cicatrização. A obesidade e a crise de mobilidade que acometem especialmente os países desenvolvidos são os dois exemplos apresentados pelo autor (p. 70-76).

O primeiro capítulo pode ser entendido como a desconstrução de um dos fundamentos da teoria econômica moderna, o de que a decisão coletiva referente ao quê e quanto produzir é um problema estritamente econômico, i.e., que pertence única e exclusivamente à esfera da reprodução material. O que tem como corolário o princípio de que não cabe apenas aos economistas a palavra final quanto ao quê a sociedade da qual eles mesmos fazem parte deve produzir e em que magnitude. Exatamente porque esta avaliação depende da incorporação de elementos não

tradicionalmente considerados por tais profissionais.

Este julgamento não pode ser revertido a partir da incorporação, à análise econômica padrão, dos limites naturais ao suporte das atividades humanas. A procura de soluções para superar a escassez crescente do petróleo (p.100), do carvão mineral (p.109) e de outras fontes de energia e de matéria (como o minério de ferro, p.110), e para aproveitar, de modo não predatório, os potenciais latentes nas reservas de “riqueza biológica” (p.84) em que consistem as florestas tropicais, não é condição suficiente para uma solução consistente para o problema de ampliação durável do bem-estar humano.

A economia da ecoeficiência – i.e., a proposta de gerar renda e emprego a partir da redução da quantidade de energia e materiais consumidos por unidade produzida, e também de poluição e de gases de efeito estufa lançados à atmosfera –, apesar de imprescindível no momento atual, apenas pode retardar a exaustão dos recursos naturais e serviços ambientais. E isto porque a escala da atividade econômica (consumo, produção) aumenta em velocidade superior àquela em que se os ganhos de eficiência vêm à tona (p. 98-103, 108-124).

Inovações são insuficientes enquanto ferramentas para enfrentar a finitude da capacidade de suporte da natureza: é preciso introduzir o

conhecimento quanto a estes limites nas múltiplas unidades descentralizadas de tomada de decisão acerca da produção e do consumo.

2 Oportunidades

Após mostrar quão difícil se torna a promoção do desenvolvimento no contexto do século 21, o autor passa ao exame de duas oportunidades inovadoras para o avanço em tal sentido, as quais têm ganhado corpo sobretudo nas três últimas décadas.

Os negócios têm se tornado mais suscetíveis à contestação manifestada pelo terceiro setor e grupos de interesse em geral, procurando, inclusive, antecipar a possibilidade de ter a reputação das empresas que os operam colocada em risco (p.137). As corporações passaram a criar departamentos dedicados exclusivamente a isso (p.148-151). Trata-se da responsabilidade socioambiental corporativa, a qual também se manifesta em acordos para banir do mercado insumos e produtos associados a práticas condenáveis, como foi o caso da moratória da soja na Amazônia brasileira, declarada pela Associação das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) (p. 137-140).

As iniciativas de criação de serviços e produtos, especialmente softwares, em redes virtuais e abertas de circulação de informação é a segunda oportunidade de mudança

discutida pelo autor. Trata-se de uma via de baixo conteúdo material-energético por meio da qual a inovação pode ser promovida. E, de maneira aberta e participativa, consumidores são consultados e podem trabalhar diretamente na elaboração do desenho de produtos (como é o exemplo das camisetas vendidas pela Threadless.com, p. 166).

Outro aspecto da economia da informação em rede explorado pelo autor diz respeito a novas formas de intercâmbio de informação para as quais o conceito de direito autorral se mostra pouco ou nada aplicável. É o que se tem, por exemplo, na circulação de cópias de artigos científicos, músicas e outros gêneros de produção intelectual (p.169-177).

3 Opinião

3.1 Avaliação Geral e Críticas a Pontos Específicos

Pela importância e atualidade dos temas reunidos pelo autor e pela clareza com os quais os expõe e conecta, o livro me parece ser leitura essencial para todos os interessados no assunto da sustentabilidade ou mesmo do desenvolvimento no século 21. Os dois primeiros capítulos formam um conjunto coeso de ideias e conceitos com base nos quais a reflexão em torno dos dois temas referidos pode ser muito satisfatoriamente organizada, evi-

tando-se algumas das imprecisões e obscuridades ainda muito comuns em debates públicos – como os que tomaram lugar na Rio +20, como o documento-resumo da conferência o comprova – acerca da sustentabilidade.

É claro que, exatamente por ser um livro em que se procura determinar a resultante de uma série de forças correntemente ativas, algumas delas atuando em direções divergentes, outras em direções que ainda não estão claras, permanecem alguns pontos pouco claros no texto. Por exemplo, ao tratar, nas páginas 40 a 42, da criação de novos produtos endereçados aos consumidores de baixa ou média renda, os chamados “negócios na base da pirâmide”, o autor não conclui se o saldo desta inovação é positivo ou negativo: de um lado, tem-se a inclusão em mercados de produtos básicos como água, sapatos, geladeiras, mas, por outro lado, isso sugere um cenário de pressão crescente sobre recursos e serviços naturais, pois o número de consumidores de uma nação é expandido.

Quanto à ênfase na cooperação no âmbito de redes virtuais de circulação e informação, não consigo enxergar os canais por meio dos quais tais arranjos possam reconciliar sociedade e natureza, ou mesmo economia e ética, os dois princípios sobre os quais se deve estruturar a nova economia, segundo o autor. Por mais que a estrutura material

necessária à transmissão de um byte de informação se mostre cada vez menos relevante, as vendas de computadores e equipamentos correlatos mostram tendência crescente, o que pode compensar ao menos parcialmente a ecoeficiência da indústria da informática e as inovações em ferramentas de intercâmbio de informação. Além do mais, as últimas criam incentivo para a aquisição de novos equipamentos, com maior capacidade de processamento e, portanto, mais adaptados a inovações em, p.ex., redes sociais e outros sistemas de comunicação virtual.

E, ainda, é discutível (ou melhor, muito tem se discutido a respeito) quão favorável pode ser a internet para fazer da ética, ou simplesmente do respeito ao próximo, a base do comportamento humano. O próprio Facebook é um instrumento de custo nulo para a geração de informação preciosa para empresas interessadas em traçar o perfil de potenciais consumidores, o que não é deixado claro para seus usuários.

3.2 Crítica de Fundo

Talvez uma maneira interessante de suscitar a reflexão em torno da obra seja perguntar por que ela não se intitula “muito além da sociedade apoiada na economia verde”, ou, mais radicalmente, “a transição para uma nova sociedade”. Isso porque o que realmente

parece que o texto propõe que seja modificado – o que digo, principalmente, à luz do capítulo 2, não é (apenas) a estrutura de funcionamento da base material das sociedades modernas (sua economia), mas sim a visão segundo a qual são estabelecidas as metas para esse funcionamento e os critérios segundo os quais a consecução de tais metas é avaliada.

Para mim, isso vai além da economia, a qual se resume às esferas da produção e circulação de mercadorias (como já disse, a base material das sociedades), porque diz respeito à maneira como a sociedade se organiza. Nesse sentido, o livro sugere que a resposta até então dada, na prática, para a pergunta de como a sociedade deve ser organizada se esgotou, i.e., mostra-se, frente a evidências difundidas mundialmente, inválida, desgastada, anacrônica.

Ao longo do livro fica muito claro que o plano em que a transformação tem de acontecer é amplo o bastante para compreender visões de mundo das unidades concentradoras do poder (entre elas empresas e o Estado), a maneira pela qual estas se perpetuam enquanto tais (a questão da reputação), princípios de competição ou cooperação e princípios em tornos dos quais os mercados se estruturam.

A questão é, portanto, colocar a economia a serviço da sociedade, o que também não se resolve no plano da economia, mas, muito mais, no plano da sociedade, i.e., instituições, relações sociais, valores etc.

Vejam que, quando se diz que a economia deve ter sua organização embasada na ética, isso leva a refletir se o mesmo não deveria valer para a sociedade como um todo. Porque, em diversas esferas, como o Estado (corrupção, suscetibilidade a *lobbies*, corporativismo) e as relações internacionais (comércio, guerra ao terrorismo, xenofobia crescente, imperialismo do Brasil na América Latina etc.), talvez também esteja claro que não é exatamente a ética (ou pelo menos uma ética humanitária) quem dá as cartas.

É importante colocar isso, pois, não sendo este um problema estritamente econômico, *strictu sensu*, a crítica à teoria econômica, entendida como ciência que tem como objeto de estudo a economia, talvez tenha de ser relativizada. E isso é feito no capítulo 2, em que se cita a ideia durkheimiana de que o social explica o social, não havendo espaço para a natureza (e também a menção a Weber). Parece-me que as ciências sociais (modernas, porque os clássicos são exceções a isso) como um todo falham em dois pontos: (i) não têm uma resposta precisa para a questão de como a sociedade deve ser organizada, por influência, talvez, do positivismo (da trajetória que escolheram para se legitimar como ciência); e (ii) quando têm, essa resposta perde de vista algum aspecto, o qual, na maioria das vezes talvez seja a relação homem-natureza.

Então, do mesmo jeito que a transformação proposta não se resolve no plano da economia, mas no plano da sociedade, a crítica às correntes científicas que dão sustentação ao *status quo*, impondo barreiras a tal transformação, não pode mirar apenas a ciência econômica. Talvez apenas a geografia escape (ao menos do problema de falta de consideração das implicações sobre a natureza).

(*) *Doutorando em Economia do Desenvolvimento, IPE-USP.*
(E-mail: tfmrs@yahoo.com.br).